

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 2.289/2024**



Dispõe sobre o reconhecimento de relevância educacional da robótica e como esporte de competição no Estado da Paraíba, e dá outras providências. **PARECER PELA**

**CONSTITUCIONALIDADE DA MATÉRIA.**

Matéria que estabelece o caráter educacional e competitivo da robótica, além de determinar que a robótica, conforme discricionariedade do Poder Público, poderá ser incentivada através da realização de eventos, competições e feiras; participação de estudantes e professores em eventos similares em outras unidades da federação e no exterior; e o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior, centros de pesquisa, empresas e organizações não governamentais para o fomento da robótica educacional e competitiva.

Ausência de qualquer tipo de impedimento de ordem constitucional, legal ou regimental.

**Parecer pela constitucionalidade do Projeto.**

**AUTOR(A): DEP. FRANCISCA MOTA**

**RELATOR(A): DEP. SILVIA BENJAMIN**

**PARECER Nº \_\_\_\_549\_\_\_\_/2024**

***I – RELATÓRIO***

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 2.289/2024**, de autoria do(a) **Deputado(a) Francisca Mota**, o qual “dispõe sobre o reconhecimento de relevância educacional da robótica e como esporte de competição no Estado da Paraíba, e dá outras providências”.

Constou no expediente de 14 de maio de 2024.

Instrução processual em termos.

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

---

### II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o Projeto ora discutido, fica reconhecida a relevância educacional da robótica e como esporte de competição no Estado da Paraíba.

O art. 2º determina que, para efeitos da Lei, a robótica consiste nas atividades que envolvem o design, a construção, a operação e a aplicação de robôs, assim como os sistemas de computação para seu controle, avaliação sensorial e processamento de informações, praticadas de maneira individual ou coletiva, com fins educativos, de desenvolvimento tecnológico e de competição.

Por sua vez, o art. 3º estabelece que o reconhecimento da relevância educacional da robótica na lei, fundamenta-se na capacidade de integrar conhecimentos de diversas áreas do saber, promovendo uma educação multidisciplinar e aplicada; desenvolver o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de inovação; preparar os estudantes para os desafios do século XXI, dotando-os de habilidades e competências essenciais para o mercado de trabalho futuro, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática; fomentar o interesse pela pesquisa científica e pelo desenvolvimento tecnológico desde a educação básica.

Dispõe o art. 4º que conforme a conveniência e oportunidade, o poder público poderá incentivar a realização de eventos, competições e feiras de robótica, bem como a participação de estudantes e professores em eventos similares em outras unidades da federação e no exterior; e estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, centros de pesquisa, empresas e organizações não governamentais para o fomento da robótica educacional e competitiva.

Por fim, o art. 5º prevê que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Segundo o(a) autor(a) da propositura, em sua justificativa

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

---

O presente projeto de lei, que se submete à apreciação desta Casa Legislativa, tem por objetivo o reconhecimento da robótica como esporte de competição e sua relevância educacional no Estado, fundamentada na crescente importância da tecnologia e inovação no cenário global e na necessidade de preparar os jovens para os desafios do futuro.

A robótica, ao integrar conceitos de matemática, física, programação, engenharia e tecnologia da informação, emerge como uma ferramenta educacional multidisciplinar capaz de desenvolver habilidades críticas e promover o pensamento inovador entre estudantes.

No Estado, a adoção da robótica nas escolas e como um esporte de competição representa uma oportunidade significativa para estimular o interesse dos jovens pelas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, setores essenciais para o desenvolvimento econômico e tecnológico do estado e do país, promovendo, também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como o trabalho em equipe, liderança, resiliência e capacidade de resolver problemas complexos de forma criativa. Estas são competências cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho globalizado.

Em síntese, o reconhecimento da robótica como relevância educacional e atividade de competição no Estado é uma medida estratégica que visa preparar os jovens para os desafios do futuro, promovendo a educação e a inclusão social, estimular o desenvolvimento tecnológico e inovação e contribuir para o crescimento econômico sustentável do Estado, motivo pelo qual solicitamos o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Pois bem, de início, e nos termos do art. 31, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação fazendo

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

um estudo a respeito da adequação do Projeto às regras constitucionais vigentes e decidir se ela se encontra apta a continuar a sua tramitação.

Nos termos do artigo 24, inciso IX, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.


Ademais, nos termos do artigo 63 da Constituição Estadual, **não** é de iniciativa privativa do Governador do Estado a iniciativa privativa das leis que tratem sobre o assunto ora discutido, o que leva à conclusão de que é cabível a iniciativa parlamentar.

Neste sentido, observo que esta proposição, ao classificar a robótica como atividade educacional e de caráter competitivo apenas valoriza essa ferramenta tecnológica, utilizando o caráter lúdico da competição para incentivar o mergulho nas minúcias técnicas inerentes à robótica e a outras atividades de grande valor tecnológico agregado, o que pode levar os estudantes a se interessar, inclusive, por outras áreas do conhecimento.

Assim sendo, tendo em vista a adequação do presente projeto às regras de competência e aos trâmites legislativos, é forçoso reconhecer a sua constitucionalidade.

Portanto, diante do exposto, opino pela **CONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei nº 2.289/2024**.

Sala das Comissões, 03 de setembro de 2024.



DEP. SILVIA BENJAMIN  
RELATORA

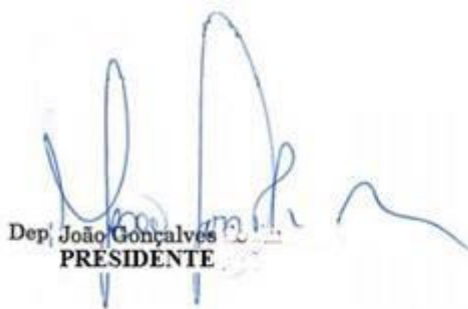
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do(a) Relator(a), opina, por unanimidade, pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei nº 2.289/2024.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03 de setembro de 2024.



Dep. João Gonçalves  
**PRESIDENTE**



DEP. CAMILA TOSCANO  
Membro



Dep. Jutay Meneses  
Membro



DEP. SILVIA BENJAMIN  
MEMBRO



DEP. DEL. WALLBER VIRGOLINO  
Membro

DEP. EDUARDO CARNEIRO  
Membro

DEP. CHICO MENDES  
Membro